

Final da Constituinte não faz retomar investimentos

A conclusão dos trabalhos da Constituinte não animou empresários do setor privado nacional e multinacional a definirem os investimentos de médio e longo prazos no Brasil. A instabilidade política e econômica do governo é apontada como a razão principal para a falta de confiança. Aparentemente, no entanto, não há razão para indefinições.

Nas grandes empresas já estão criadas as condições objetivas fundamentais para a retomada dos investimentos:

Executivos



— As multinacionais não estão de mal com o Brasil. É certo que seus executivos não gostaram de alguns artigos da nova Constituição. É evidente, também, que a inflação de 1.000% ao ano está enlouquecendo seus aplicados contadores. Mas não é verdade, com se acreditou nos momentos mais tensos do segundo turno de votação da nova Carta, que o capital estrangeiro tenha perdido o interesse em investir no Brasil.

“Não conheço uma única empresa americana que, a longo prazo, não confie bastante no Brasil”, depõe o empresário Christopher Lund, presidente da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. “As restrições impostas ao capital estrangeiro pela nova Constituição foram uma pisada na bola, mas acreditou que a necessidade de colocar o Brasil no rol das economias modernas vai derrubar essas coisas”, opina, por sua vez, o engenheiro José Carlos Villaça, diretor vice-presidente da Rhodia, a maior empresa de capital francês no Brasil.

Estas declarações iluminam as duas vertentes em que se alimenta o otimismo das multinacionais instaladas no Brasil. De um lado, eles enxergam a Constituição e suas restrições como um acidente de percurso, incapaz de comprometer

Empresa privada está capitalizada

Do ponto de vista das grandes empresas privadas instaladas no Brasil, já estão criadas as condições fundamentais para a retomada dos investimentos: grande capacidade de autofinanciamento; nível de capitalização elevado que permite o aumento de alavancagem financeira sem assumir riscos muito altos; capacidade ociosa baixa; estrutura gerencial e administrativa moderna; e razoável penetração no mercado externo.

Essas foram, em linhas gerais, as principais conclusões a que chegou o economista e consultor de empresas Domingos Rodrigues, ao final de uma detalhada pesquisa sobre os indicadores econômicos e financeiros de 230 grandes grupos empresariais, entre 1970 e 1987. A análise desses indicadores, segundo o economista, mostra claramente que as empresas privadas adotaram uma postura gerencial completamente diferenciada daquela seguida pelas estatais. Como decorrência, apresentam hoje uma situação econômico-financeira muito melhor que as últimas, constituindo-se nos principais ativos do país.

Lucros — O trabalho mostra ainda que embora a rentabilidade das empresas privadas brasileiras tenha declinado entre 1975 e 1983, acompanhando a desaceleração do crescimento econômico, ela voltou a crescer de forma expressiva a partir de 1984. Em 1987, por exemplo, a margem de lucro média das 500 maiores empresas norte-americanas foi de 4,6% enquanto que a média das empresas brasileiras foi de aproximadamente 10%, descontado os casos anormais. Além disso, o fato de a margem bruta de lucro das empresas nacionais privadas ter subido de 30,1% em 1986 para 42,4% no ano passado aliado aos bons resultados obtidos no primeiro semestre deste ano mostra, segundo Domingos Rodrigues, que a lucratividade bruta das empresas já está colocada num patamar bastante favorável.

Em função desses indicadores — conclui Domingos —, o papel dos empresários não deve ser distribuir o capital acumulado em suas empresas: seria um erro histórico. O que eles devem fazer é utilizar o seu estoque de capital.

BNDES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

AVISO DE EDITAL

TOMADA DE PREÇOS N.º 09/88

OBJETO: Aquisição de 1 (uma) empiladeira com capacidade de, aproximadamente, 2.500 Kg

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS: no dia 30.09.88, às 15:00 horas, na Av. República do Chile, 100 - 4º andar - sala de licitações - Rio de Janeiro - RJ

EDITAL COMPLETO: À disposição das interessadas, no endereço acima, 4º andar - GECOM, das 14:30 às 17:30 horas

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

a grande capacidade de autofinanciamento, pouca ociosidade, estrutura gerencial e administrativa moderna, penetração no mercado externo. Algumas companhias de grande porte confirmam seus projetos e grandes investimentos.

Alguns planos, no entanto, já foram engavetados e devem fazer falta no esforço conjunto da economia para sustentar o crescimento da população e saldar a chamada dívida social. Para fazer frente a esse compromisso histórico, o país precisa crescer em ritmo

de 7% ao ano, o que implica investimentos anuais de US\$ 75 bilhões.

Num ponto, todos concordam: a necessidade de combater a inflação de 20% ao mês. Nessa cruzada, o presidente da Fiesp, Mário Amato, procura obter a simpatia do governo à tentativa de um acordo amplo com lideranças trabalhistas que leve a um pacto social. Apesar do apoio obtido do presidente Sarney, Amato não teve até agora a simpatia da área econômica do governo.

confirmam mais

seus interesses de longo prazo no país. De outro lado, acreditam que estas restrições, por nefastas, não terão vida longa.

Futuro — “Entendemos que o processo político é dinâmico e não se encerra com a costura da nova Constituição”, explica Rolf Loehner, presidente da Bayer do Brasil e da Câmara do Comércio e Indústria Brasil-Alemanha. O executivo, naturalizado brasileiro, lembra que agora terão início os trabalhos de elaboração da legislação complementar, e que eles conduzirão, no prazo de cinco anos, à revisão do texto constitucional. “Até lá, somente os pregadores das catástrofes temerão pelo futuro do país”, acrescenta.

Lund, da câmara americana, compartilha esse ponto de vista. “Apesar de conter artigos contraprodutivos, o novo texto fortaleceu o sistema democrático, e dentro da democracia os obstáculos podem ser removidos”, diz ele.

Alguns executivos estão muito preocupados, como é o caso de José Augusto Marques, diretor de Relações Externas da Asea Brown-Boveri, multinacional suíço-sueca de equipamentos elétricos. Esta companhia tem 80% de seu faturamento ligados às encomendas governamentais, e está, evidentemente, muito apreensiva com o artigo da nova Constituição que ordena ao estado dar preferência de compra às empresas de capital nacional.

Mercado — “É cedo para se fazer uma análise mais profunda sobre investimentos, mas o panorama no primeiro momento não é muito animador”, diz Marques. Sua empresa, que tem um

aplicações

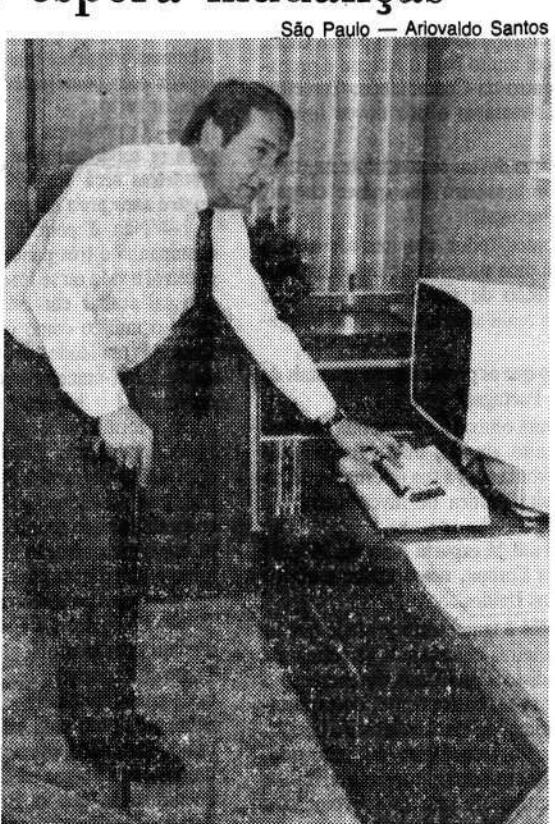
faturamento anual de US\$ 300 milhões no país, vê no Brasil “um mercado fantástico” para os seus produtos, principalmente na área de geração de energia.

Loehner, o presidente da Bayer, diz que sua empresa não irá cancelar os investimentos já programados, mas ressalva que sem as novas restrições ao capital estrangeiro eles se processariam mais rapidamente. Poucas empresas, como a Rhodia — que vai tocar firme investimentos de US\$ 120 milhões por ano até 1992 — e a Ford — que em parceria com a Volks investirá US\$ 1,3 bilhão no mesmo período — irão adiantar com seus planos sem reservas. “A Constituinte nunca foi inibidora de nossos investimentos”, sustenta Luiz Carlos Melo, presidente da Ford.

Melhor seria, para o país, que as multinacionais — que têm aportados no país US\$ 26,2 bilhões e respondem por 26% da produção industrial brasileira — pensassem como a Ford.

“O perigo, com a discriminação, é que ela assusta os novos investimentos feitos por empresas que ainda não estão no país, mas poderiam, vindo para cá, ajudar no desenvolvimento”, raciocina Lund, da Câmara americana. “Em termos quantitativos, o Brasil é um mercado espetacular”, diz ele. “Mas quem está de fora e olha o país apenas pelo noticiário dos jornais pode enxergar apenas xenofobia e inflação.”

Philips — “É cedo para se fazer



Sluiter: vento moderadamente contra

São Paulo — Ariovaldo Santos

Brasil. Esta capital viria se somar aos US\$ 800 milhões trazidos pela companhia em seus 80 anos de Brasil.

“No nosso negócio, quem não investe fecha as portas em quatro ou cinco anos”, ensina o executivo, cuja companhia lidera o ranking nacional do setor eletroeletrônico, com um faturamento estimado em US\$ 570 milhões. Obviamente, a Philips não pretende fechar suas portas. Até porque, pondera seu superintendente, a Constituição não revogou as vantagens comparativas que o país oferece como praça de investimento.

“Como poucas nações, o Brasil tem um mercado com economia de escala, infra-estrutura industrial, mão-de-obra treinada e matérias-primas abundantes”, enumera Sluiter. Não é pouco, mesmo para uma multinacional que tem fábricas operando na China, Japão, Estados Unidos e domina, sobranceira, o mercado europeu. “Temos uma visão a longo prazo do Brasil.”

Planos — Ainda assim, a companhia — que já desativou negócios na área de telecomunicações e medicina devido a restrições impostas pela reserva de mercado na área de informática — prefere acalutar-se a curto prazo. “Vamos acompanhar a evolução das coisas antes de prosseguir com os planos de investimento”, admite Sluiter.

Nos próximos quatro anos, a Philips planeja investir 400 milhões de dólares no

Economia

Empresas vivem dilema

Over pode ser tão arriscado quanto investir

Constituinte não significa que os investimentos possam ser retomados, analisa Antônio Marmo Trevisan, presidente da empresa de consultoria e auditoria Trevisan & Associados, que identifica dois problemas que devem ser atacados de frente pelo governo para se criar um clima de segurança aos agentes econômicos: a inflação e a redução do déficit público.

Trevisan, que já comandou a Sest (Secretaria de Controle das Estatais), tem uma visão pragmática sobre o assunto: altas taxas de inflação levam o empresário a se encolher, buscando proteção para o seu dinheiro em diversos ativos.

O governo que garantiu a aquisição do veículo no início do ano é insuficiente, oito meses depois, para que o dono dos recursos tivesse condições de fazer idêntico negócio. Os reajustes de preços dos carros no período inviabilizam essa equação para o bolso do interessado.

O exemplo é usado por Márcio Orlandi, sócio da Arthur Andersen, uma das empresas líderes de consultoria do país, para ilustrar o dilema em que se encontram muitas indústrias. Capitalizadas, com dinheiro no *overnight*, elas sabem que, quanto mais tempo passar, menos construirão, em razão dos pesados aumentos de custos de um novo investimento que superam qualquer aplicação financeira. Os empresários constatam a necessidade de mudar de postura mas também de manter um comportamento cauteloso.

“Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem”, acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituinte, como os benefícios trabalhistas, podem pesar em novos projetos.

É o que pensa também Mozart Martins Dorna, consultor de empresas da Coopers & Lybrand.

Investimentos — Um levantamento realizado por Orlandi demonstra que o primeiro semestre de 1988 mostrou que os investimentos em ativos imobilizados são irrelevantes e mal cobrem a depreciação do período nas fábricas em atividade.

O encerramento dos trabalhos da

Constituinte não significa que os investimentos possam ser retomados, analisa Antônio Marmo Trevisan, presidente da empresa de consultoria e auditoria Trevisan & Associados, que identifica dois problemas que devem ser atacados de frente pelo governo para se criar um clima de segurança aos agentes econômicos: a inflação e a redução do déficit público.

Trevisan, que já comandou a Sest (Secretaria de Controle das Estatais), tem uma visão pragmática sobre o assunto: altas taxas de inflação levam o empresário a se encolher, buscando proteção para o seu dinheiro em diversos ativos.

O governo que garantiu a aquisição do veículo no início do ano é insuficiente, oito meses depois, para que o dono dos recursos tivesse condições de fazer idêntico negócio. Os reajustes de preços dos carros no período inviabilizam essa equação para o bolso do interessado.

O exemplo é usado por Márcio Orlandi, sócio da Arthur Andersen, uma das empresas líderes de consultoria do país, para ilustrar o dilema em que se encontram muitas indústrias. Capitalizadas, com dinheiro no *overnight*, elas sabem que, quanto mais tempo passar, menos construirão, em razão dos pesados aumentos de custos de um novo investimento que superam qualquer aplicação financeira. Os empresários constatam a necessidade de mudar de postura mas também de manter um comportamento cauteloso.

“Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem”, acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituinte, como os benefícios trabalhistas, podem pesar em novos projetos.

“Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem”, acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituinte, como os benefícios trabalhistas, podem pesar em novos projetos.

“Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem”, acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituinte, como os benefícios trabalhistas, podem pesar em novos projetos.

“Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem”, acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituinte, como os benefícios trabalhistas, podem pesar em novos projetos.

“Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem”, acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituinte, como os benefícios trabalhistas, podem pesar em novos projetos.

“Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem”, acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituinte, como os benefícios trabalhistas, podem pesar em novos projetos.

“Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem”, acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituinte, como os benefícios trabalhistas, podem pesar em novos projetos.

“Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem”, acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituinte, como os benefícios trabalhistas, podem pesar em novos projetos.

“Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem”, acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituinte, como os benefícios trabalhistas, podem pesar em novos projetos.

“Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem”, acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituinte, como os benefícios trabalhistas, podem pesar em novos projetos.

“Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem”, acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituinte, como os benefícios trabalhistas, podem pesar em novos projetos.

“Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem”, acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituinte, como os benefícios trabalhistas, podem pesar em novos projetos.

“Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem”, acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituinte, como os benefícios trabalhistas, podem pesar em novos projetos.

“Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem”, acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituinte, como os benefícios trabalhistas, podem pesar em novos projetos.

“Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem”, acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituint